



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Março de 2016 | PT



EDITORIAL

Como é óbvio, estou particularmente satisfeito pelo facto de a nossa Assembleia ter adotado em fevereiro, quase por unanimidade, a sua resolução em apoio da integração europeia, da livre circulação de pessoas, bens e serviços e do Acordo de Schengen. Os nossos três grupos encontraram as palavras certas para expressar as convicções da sociedade civil organizada. Empresas, trabalhadores e associações de cidadãos expressaram juntos as suas posições, o que

é justamente a missão que o Tratado atribui ao nosso Comité, a sua razão de ser e o seu principal valor acrescentado, tipicamente europeu.

Prometêramos analisar em profundidade a situação que está na origem de uma crise perigosa para os nossos direitos, para a nossa economia e para o próprio projeto europeu. Vamos honrar essa promessa debatendo este mês, com convidados do mais alto nível, a vaga de refugiados a que temos assistido e as medidas que se impõem para gerir essa situação com dignidade, eficácia e solidariedade, ou seja, de uma forma, também ela, verdadeiramente europeia.

Espero que tenhamos a oportunidade de denunciar em conjunto todos os aspetos que derivam da irracionalidade, da propaganda, da má gestão e da generalização abusiva, tipicamente entre refugiados, migrantes, e até terroristas. Faça votos de que possamos identificar, juntos, o que importa fazer para permanecermos corretos, realistas e racionais.

Ultimamente, também se tem falado muito sobre a relação do Reino Unido com a União Europeia. Pessoalmente, penso que o Reino Unido tem o seu lugar na nossa União e que a sua saída seria de lamentar: pelo contrário, deveria procurar integrar-se ainda mais, no interesse de todos, a começar pelo seu próprio, mas esse interesse terá de ser devidamente compreendido e assentar numa visão geopolítica e económica pacífica e racional.

Contudo, se a frustração que tem sido abundantemente alimentada pelas fórmulas grosseiras dos populistas – e dos políticos que cometem o erro de as empolar – for tal que leve a população do Reino Unido a preferir abandonar a União, teremos, como é óbvio, de respeitar plenamente essa vontade. Por outro lado, está fora de questão que um país permaneça membro da União em troca de uma espécie de sabotagem da integração europeia que consista, por exemplo, na violação aberta dos princípios da legislação europeia pela via da discriminação dos trabalhadores de outros Estados-Membros em matéria de prestações sociais.

Em todo o caso, o que tenho sobretudo constatado é que as intervenções dos representantes das organizações da sociedade civil do Reino Unido presentes no nosso Comité não vão no sentido da separação; longe disso: muitos deles têm tido intervenções razoáveis num espírito, mais uma vez, plenamente europeu. Aproveito, de resto, para lhes manifestar a minha admiração, a minha simpatia e os meus agradecimentos.

Georges Dassis
Presidente do CESE

AGENDA

16 de março – 22 de abril de 2016 –
CESE, Bruxelas:

Exposição: «Sustentabilidade»

20 de abril de 2016 –
CESE, Bruxelas:

Dia da Iniciativa de Cidadania
Europeia

27 e 28 de abril de 2016 –
CESE, Bruxelas:

Reunião plenária do CESE

NESTA EDIÇÃO

2 A Europa precisa de erradicar a pobreza – Crianças mais expostas ao risco

2 Visitas oficiais de Georges Dassis à Grécia, aos Países Baixos e a Espanha

3 O CESE acolhe novos delegados para as mutações industriais

CESE adota resolução e lança a sua campanha de apoio a Schengen na plenária de fevereiro



Na sua reunião plenária de fevereiro, o CESE adotou uma resolução de apoio ao Acordo de Schengen, intitulada «Circulemos livremente, apoiemos Schengen». Nesta resolução, os representantes da sociedade civil europeia manifestaram-se preocupados com a pressão que vem sendo exercida sobre o Acordo de Schengen e com a sua utilização como bode expiatório fácil para todas as falhas na gestão das fronteiras da Europa. Este texto constitui um forte apelo da sociedade civil europeia aos governos da Europa que não cedam às pressões populistas e ao medo, antes defendam os direitos por que os europeus se têm batido ao longo dos últimos 30 anos.

No lançamento da campanha, organizada para apoiar a resolução do CESE, **Georges Dassis**, presidente do CESE, declarou: «Se a eliminação dos obstáculos reforça a solidariedade, é natural que a reposição desses obstáculos a fragilize. Se a liberdade de atravessar fronteiras e de circular é a expressão de

uma “união cada vez mais estreita” entre os povos, então tudo o que obste a essa liberdade alimenta a divisão entre os povos.»

Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, afirmou: «Schengen significa muito mais do que a mera facilidade de viajar para milhões de cidadãos europeus. Significa muito mais do que apenas um comércio substancialmente facilitado para milhares de empresas europeias. Schengen é uma das concretizações mais importantes e mais ambiciosas do grande projeto da UE. É um símbolo, um progresso que não deve ser menosprezado. Os empregadores europeus apoiam o espaço Schengen e instam os decisores políticos a não retroceder. A Europa, tal como a conhecemos, não pode sobreviver sem Schengen!»

Gabriele Bischoff, presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, declarou: «O direito dos cidadãos da UE de procurar emprego, trabalhar e estabelecer-se noutra Estado-Membro está consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Para os cidadãos, Schengen é uma realização palpável. É a chave que abre a porta, permitindo-lhes exercer esses direitos e usufruir dos benefícios da “Europa” no seu quotidiano. Enfraquecer ou desmantelar o espaço Schengen enfraquecerá ainda mais a confiança e o apoio de muitos

trabalhadores e, em última análise, conduzirá a uma Europa mais frágil.»

Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE, afirmou: «O preço simbólico, político e económico de um regresso às fronteiras internas na Europa é demasiado elevado: poderia desagregar rapidamente a União Europeia. Precisamos de mais Europa: no controlo das fronteiras externas, na segurança interna e na crise de refugiados, e seguramente não precisamos da destruição da nossa liberdade de circulação. A reintrodução dos controlos fronteiriços representaria o fracasso da solidariedade, coesão, negociação, compromisso e compreensão na Europa. Por isso, por favor, não toquem em Schengen!»

Com efeito, os trabalhadores, as empresas e, de um modo geral, a sociedade civil no seu conjunto pagarão um preço elevado: 7 milhões de cidadãos da UE que vivem noutra Estado-Membro perderão algumas das vantagens mais práticas da livre circulação, os camiões ficarão retidos nas fronteiras por horas infundáveis nos momentos de maior congestionamento, as comunidades fronteiriças reunificadas serão novamente separadas e prevê-se uma diminuição do PIB de 110 mil milhões de euros nos próximos 10 anos. Daremos um grande passo atrás na integração europeia se a solidariedade que o espaço Schengen representa sofrer um golpe tão duro. (cad)

CESE favorável a uma União dos Mercados de Capitais eficaz, mas preocupado com a sua pertinência para as PME

O investimento e a livre circulação de capitais são fundamentais para o crescimento da Europa. No entanto, os mercados de capitais da UE ainda se encontram pouco desenvolvidos e fragmentados. Por conseguinte, a Comissão Europeia adotou, em 2015, um Plano de Ação para a Criação de uma União dos Mercados de Capitais, com o objetivo de instaurar um verdadeiro mercado único de capitais na Europa. O CESE apela para que a Europa mobilize capital de forma mais eficaz e o canalize para empresas, infraestruturas e projetos sustentáveis que gerem emprego e crescimento.

Na sua reunião plenária, o CESE adotou um parecer sobre o Plano de Ação da Comissão que apoia os seus objetivos e defende o alargamento e a diversificação das fontes de financiamento, num mercado único de capitais baseado na harmonização máxima das regras. É fundamental que os

Estados-Membros adotem, apliquem e supervisionem do mesmo modo as medidas propostas no plano de ação.

O parecer do CESE também propôs adaptações específicas para as pequenas e médias empresas (PME), uma vez que o Comité tem sérias reservas quanto à pertinência e à eficácia da União dos Mercados de Capitais para as PME.

«O financiamento das PME, impulsionadoras da economia europeia, deve estar no centro da futura União dos Mercados de Capitais. Há que colmatar o atual défice de informação e tornar o quadro de concessão de crédito mais propício às PME», afirmou Daniel Mareels, relator do CESE sobre a matéria.

Com este parecer, o CESE reafirma o seu apoio ao financiamento bancário como



© Shutterstock/ksolaseven

componente essencial do financiamento da economia e defende a continuação da exploração de novos mercados, nomeadamente os dos créditos improdutivos (créditos em situação de incumprimento ou próximos do incumprimento). (cad)

www.eesc.europa.eu



A Europa precisa de erradicar a pobreza – Crianças mais expostas ao risco

© shutterstock/blackboard1965



Na sua reunião plenária de fevereiro, o CESE adotou um parecer que insta o Conselho da UE a manter o seu compromisso de tirar pelo menos 20 milhões de pessoas da pobreza até 2020. O **parecer sobre a «Luta contra a pobreza» (do qual foi relator Seamus Boland e cor-relatora Marjolijn Bulk)** foi solicitado pela Presidência neerlandesa do Conselho. Para alcançar o objetivo da UE, os Estados-Membros terão de lançar as suas próprias estratégias nacionais de luta contra a pobreza, a exclusão social e a discriminação, no âmbito de um quadro comum europeu. Estas estratégias devem centrar-se no apoio adequado ao rendimento, em mercados de trabalho inclusivos, em empregos de qualidade e na igualdade de acesso a serviços de alta qualidade a preços comportáveis, incluindo os migrantes e as pessoas a quem é concedido asilo.

Um dos domínios que exige atenção imediata é a pobreza infantil. As crianças e os jovens com idade inferior a 18 anos estão entre os grupos da população mais expostos ao risco de pobreza e exclusão social, com uma taxa de 27,1%. Além das crianças, o risco de pobreza é particularmente acentuado entre os jovens, devido às elevadas taxas de desemprego juvenil, que atingiu níveis sem precedentes (dados do Eurostat para outubro de 2015).

O CESE entende necessário adotar urgentemente medidas de combate à pobreza na Europa, tais como a introdução de um rendimento mínimo adequado e a criação de sistemas de proteção social universais, abrangentes e adequados. O CESE congratula-se com a intenção da Presidência neerlandesa de organizar análises inter pares que avaliem as abordagens «ascendentes» utilizadas no terreno para lutar contra a pobreza a nível nacional, mas reiterou que este combate deve ter como principal ator o Estado social, e não depender exclusivamente de iniciativas de base comunitária.

A **edição de 2015 do Prémio CESE para a Sociedade Civil** distinguiu, em dezembro, cinco organizações que trabalham no terreno para combater a pobreza na Alemanha, Irlanda, França, Polónia e Finlândia. (sg)

Prioridade do CESE: Reintegrar as pessoas no mercado de trabalho!

O Comité insta a uma ação imediata e à criatividade para resolver a crise do emprego

Tendo em conta a preocupante situação do emprego e a perda de investimento em muitas partes da Europa, na sua reunião plenária de 17 de fevereiro, o Comité Económico e Social Europeu adotou um **parecer sobre a Análise Anual do Crescimento de 2016 (AAC)**. O CESE mostra-se especialmente preocupado com o elevado nível de desemprego, deixando 22,5 milhões de pessoas sem emprego e 122 milhões em risco de pobreza ou de exclusão social. Esta situação é inaceitável e constitui a última chamada de atenção tanto para a Comissão como para os líderes europeus.

O parecer do CESE congratula-se com a decisão de reforçar os objetivos da Estratégia Europa 2020 no contexto do Semestre Europeu. Para uma retoma real e sustentável, é necessário aumentar a procura interna e o investimento público a longo prazo geraria essa procura. Os governos devem, portanto, dispor de margem de manobra para fazer os investimentos necessários em infraestruturas e para aceder a fundos mais abordáveis.

Nas suas recomendações, o Comité reclama:

- mais esforços para concluir o mercado interno europeu e modernizar a economia europeia;
- que o Acordo de Paris relativo à transição energética se torne uma fonte de desenvolvimento económico;
- mais esforços coordenados para combater o planeamento fiscal agressivo, a fraude e a evasão fiscais, que geram perdas nas finanças públicas nacionais estimadas em um bilião de euros por ano.

É necessária uma ação imediata para enfrentar o desemprego de longa duração e o desemprego juvenil. Deve ser prestada uma atenção especial aos múltiplos jovens europeus que não trabalham, não estudam, nem seguem qualquer formação (NEET). «O investimento no capital humano através do ensino e da formação, incidindo sobretudo nos jovens, não pode continuar a ser diferido», advertiu Juan Mendoza Castro, relator do parecer do CESE sobre a Análise Anual do Crescimento. (sma)

Observatório do Mercado do Trabalho: Refugiados são uma oportunidade para o mercado de trabalho da Europa

Num debate público realizado no CESE, em 22 de fevereiro, foram muitas as vozes que defenderam firmemente uma melhor integração dos refugiados nas sociedades europeias, nomeadamente através do trabalho. O Observatório do Mercado do Trabalho do CESE escolheu o título «Integração dos refugiados no mercado de trabalho: Fazer da crise uma oportunidade» para este evento, que resultou numa série de recomendações políticas importantes.

«A experiência mostra que a integração dos refugiados é vantajosa para a sociedade, cabendo, sem dúvida, à sociedade civil um papel essencial no que toca à sua facilitação», afirmou Krzysztof Pater (Grupo dos Interesses Diversos, PL), vice-presidente do Observatório do Mercado do Trabalho do CESE. Os Estados-Membros veem-se confrontados com um afluxo maciço de refugiados e estão bastante mal preparados. Segundo Klára Fóti, representante da Eurofound, a legislação, bem como o apoio à integração, diferem de país para país. Geertrui Lanneau, delegada da OIM, sublinhou a importância de investir na educação e na formação, dado que grande parte da população migrante é ainda muito jovem e precisa de qualificações.

Christa Schweng, membro do CESE (Grupo dos Empregadores, AT), declarou que é necessário desenvolver «um verdadeiro sistema europeu das migrações» e «políticas de integração especificamente orientadas para as mulheres refugiadas para ajudar a aumentar o rendimento familiar e evitar uma concentração em guetos». Sublinhou ainda a necessidade de focar a atenção no empreendedorismo e no trabalho por conta própria como vetores importantes do processo de integração dos refugiados no mercado de trabalho.

Num debate que teve lugar no seminário do OMT sobre fatores facilitadores do emprego dos refugiados, quer como empregados quer como empresários, foram apresentados exemplos de boas práticas na Áustria (Câmara Federal de Economia da Áustria), na Bélgica (projeto «Duo for a Job») e na Suécia (projeto «Via rápida para a integração»). (cad)

Mais investigação e inovação no setor da energia e necessidade de um diálogo público sobre a energia em toda a Europa

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas é necessário para acelerar a transformação do sistema energético europeu, salientou o CESE no seu parecer sobre o Plano SET, adotado na plenária de fevereiro. O CESE considera que a nova política energética deve assentar no desenvolvimento de setores fundamentais para a investigação e a inovação e no fomento de novas ideias e conceitos, como as tecnologias de produção de energia elétrica renovável e outras tecnologias hipocarbónicas. A UE tem de inovar no que toca à forma como a energia é produzida, transportada e distribuída aos clientes.

O plano SET deve refletir a situação real na Europa – se as novas tecnologias energéticas fizerem subir os preços finais da energia, o CESE entende que se pode prever uma correção. Os consumidores devem participar no processo e a pobreza energética deve ser combatida através de medidas de política social, educação e formação. É necessário um Diálogo Europeu sobre a Energia com o público em geral e a sociedade civil, para que estes se possam apropriar da transição energética e dos custos das diversas tecnologias. O CESE pode atuar como catalisador neste diálogo, possivelmente através de um fórum da sociedade civil europeia.

O CESE apoia uma abordagem europeia do aprovisionamento energético e a criação de uma verdadeira solidariedade neste domínio. Importa não ignorar a relevância do gás no cabaz energético em termos de segurança



© shutterstock/Machta Face

energética para os europeus. Há que incentivar o investimento, bem como a investigação e o desenvolvimento na área do armazenamento, para que os Estados-Membros disponham de reservas conjuntas.

O objetivo da União da Energia é tornar a energia mais segura, mais sustentável e com um custo mais acessível para o consumidor final. Tal permitirá o fluxo livre de energia transfronteiras e garantirá um abastecimento seguro a todos os cidadãos dos Estados-Membros da UE. O papel do Plano SET neste processo é crucial. (sg)

Visitas oficiais de Georges Dassis à Grécia, aos Países Baixos e a Espanha



Presidente Georges Dassis no Conselho Económico e Social de Espanha

Em fevereiro, o presidente do CESE, Georges Dassis, deslocou-se, em visita oficial, à Grécia, aos Países Baixos e a Espanha. Na terça-feira, 9 de fevereiro, reuniu-se com Prokopis Pavlopoulos, presidente da Grécia, o qual declarou que o CESE tem um papel histórico especial a desempenhar, tendo destacado que «foi criado para manter viva a dimensão social da União Europeia e constitui um pilar fundamental de toda a construção europeia». Prosseguiu manifestando a sua satisfação pelo facto de, mais uma vez, ser um grego a tomar o leme do CESE. Georges Dassis agradeceu ao presidente da Grécia e assinalou que o CESE adota os seus pareceres por uma maioria muito significativa. Salientou ainda que a austeridade não é solução para a crise económica. Referiu-se especificamente às iniciativas do CESE para fazer face à crise, entre elas os pareceres sobre o imposto sobre as transações financeiras e a mutualização da dívida pública nos países em dificuldade – incluindo a Grécia. Também apresentou a posição do Comité sobre a crise dos refugiados e da migração, referindo-se a todas as medidas que o CESE adotou, incluindo as missões «Going Local» (Agir a nível local) a 12 países diferentes.

Na quarta-feira, 10 de fevereiro, Georges Dassis visitou Haia, no âmbito da Presidência neerlandesa. O presidente do CESE reuniu-se, em particular, com Jetta Klijnsma, secretária de Estado do Emprego e dos Assuntos Sociais, que também participou na reunião plenária do CESE em fevereiro, tendo nessa ocasião

apresentado as prioridades do Comité durante a Presidência neerlandesa e salientado a importância de a UE decidir introduzir um salário mínimo para combater a pobreza na Europa. Seguidamente, reuniu-se também com Brigitte van der Burg, presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento neerlandês, e com Mariëtte Hamer, presidente do Conselho Económico e Social dos Países Baixos (SER). Nessas reuniões, Georges Dassis discutiu eventuais propostas que a UE poderia apresentar para reduzir o desemprego e facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Salientou igualmente a importância de apoiar a livre circulação de pessoas no espaço Schengen, fazendo referência à campanha levada a cabo pelo CESE.

Por último, no final de fevereiro, o presidente do CESE deslocou-se a Espanha, onde se reuniu com representantes dos sindicatos UGT e CCOO, do Conselho de Consumidores e Utentes e da Confederação das Organizações Empresariais. Os debates foram frutuosos, sobretudo no que toca à questão da Europa social. Num discurso proferido no Conselho Económico e Social de Espanha, em 24 de fevereiro, abordou também o tema da migração na Europa. No dia seguinte, durante uma visita à Estremadura, participou num debate sobre o futuro da Europa e o diálogo social, organizado pela Universidade da Estremadura, tendo-se reunido igualmente com a presidente do Conselho Económico e Social da Estremadura, Maria Mercedes Vaquera. (pa)

Sociedade civil UE-Ucrânia aborda corrupção e política energética

A segunda reunião da Plataforma da Sociedade Civil UE-Ucrânia abordou as imprescindíveis reformas da luta contra a corrupção e da política energética, bem como o estado da execução do Acordo de Associação UE-Ucrânia e das zonas de comércio livre abrangente e aprofundado. O presidente do CESE, Georges Dassis, chamou a atenção para o empenho da UE em firmar uma boa parceria com todos os países da Vizinhança Europeia. «A plataforma irá trazer valor acrescentado ao processo de associação e veicular os valiosos pontos de vista da sociedade civil. No entanto, o processo não deve limitar-se a um diálogo técnico entre governos», acrescentou.

«Este momento representa uma nova fase da cooperação institucional entre as nossas sociedades civis», sublinhou o copresidente da plataforma pelo lado ucraniano, Oleksandr Sushko. Fernando Andresen



Segunda reunião da Plataforma da Sociedade Civil UE-Ucrânia

Guimarães, diretor do SEAE, reiterou o apoio da sua instituição ao trabalho da plataforma, que constitui um dos principais elementos para a implementação do acordo de associação. Peter Wagner, chefe do Grupo de Apoio à Ucrânia, lembrou os presentes de que nem todas as

dificuldades advêm do conflito entre a Ucrânia e a Rússia. Algumas, como a falta de legislação fiável, de esforços no combate à corrupção, de reformas na administração pública e de privatizações, tiveram origem no próprio país.

Os membros da plataforma concordaram que uma das principais prioridades é combater a falta de vontade política para implementar reformas na Ucrânia. Outra é exercer pressão para que os acordos de Minsk sejam plenamente aplicados. Foi adotada uma **declaração conjunta** que reclama um sistema judicial plenamente independente, legislação sobre o financiamento dos partidos e a publicidade partidária, liberdade de imprensa, um direito da concorrência eficaz e a ponderação de uma futura adesão da Ucrânia à União Europeia da Energia. (mm)

O CESE acolhe novos delegados para as mutações industriais



Em 25 de fevereiro, 51 delegados, inclusive alguns novos, participaram na primeira reunião da Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) no âmbito do novo mandato do CESE. Os delegados da CCMI representam os diversos setores económicos e sociais e as organizações da sociedade civil afetados pelas mutações industriais ou nelas implicados. Constituem metade dos membros da CCMI e trabalharão em conjunto com os membros do CESE, de igual número, que tomam assento na CCMI. Permanecerão em funções até 31 de dezembro de 2020.

Jacques Glorieux, delegado representante da Categoria dos Interesses Diversos, foi eleito copresidente da CCMI, à qual presidirá em conjunto com a sua presidente, **Lucie Studničná** (Grupo dos Trabalhadores, CZ), membro do CESE, durante os próximos dois anos e meio. Os membros do CESE **Gundars Strautmanis** (Grupo dos Empregadores, LV) e **Carlos Trias Pintó** (Grupo dos Interesses Diversos, ES) e os delegados da CCMI **Patrizio Pesci** (Categoria dos Empregadores, IT) e **Enrico Gibellieri** (Categoria dos Trabalhadores, IT) compõem a nova mesa. A cerimónia de acolhimento contou com a participação de Günther

Oettinger, comissário europeu responsável pela Economia e Sociedade Digitais.

A CCMI é a legatária da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Foi criada quando o Tratado CECA caducou, em 2002, a fim de preservar a valiosa experiência acumulada ao longo dos seus cinquenta anos de atividade e de prosseguir o diálogo estruturado nos domínios originais do carvão e do aço, mas também para gradualmente alargar as competências originais da CECA de forma a abranger todos os aspetos das mutações industriais e as suas repercussões para o emprego, as medidas de política social e estrutural, a política de auxílios e competitividade, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento sustentável, as políticas comerciais, entre outros.

Os delegados da CCMI são nomeados pelo CESE e pertencem a associações representativas da sociedade civil a nível europeu. Dividem-se em três categorias diferentes (Empregadores, Trabalhadores, Interesses Diversos), refletindo a estrutura do próprio CESE. Da mesma forma que as secções do CESE, a CCMI elabora

pareceres e relatórios de informação, a pedido dos órgãos de decisão da UE mas também por sua própria iniciativa, e pode ser convidada a completar os pareceres das secções examinando as implicações das mutações industriais em questões específicas (aditamentos a parecer).

A CCMI tem elaborado muitos pareceres e estudos notáveis nos últimos anos. O seu trabalho pioneiro sobre a obsolescência programada faz parte de um projeto em curso, mais amplo, que incluirá a publicação de um estudo revolucionário em março. Em 2015, abordou a questão complexa do **combate à corrupção na UE** e examinou os desafios de **eliminar o amianto da Europa**, com as consequências significativas que daí advirão para a economia e a saúde pública. Em 2014, debruçou-se sobre o **impacto dos serviços às empresas na indústria** e as potenciais repercussões socioeconómicas da quarta revolução industrial e da Internet. Continuará os seus trabalhos sobre a Indústria 4.0, a fim de estimular a indústria europeia a tirar pleno partido das oportunidades estratégicas proporcionadas pela Internet. (dm)

Edição de 2016 de «A tua Europa, a tua voz»: Alunos preparam-se para debate pan-europeu da juventude sobre migração

Ao longo das últimas seis semanas, muitos membros do CESE participaram ativamente em visitas a escolas em toda a UE e fora dela, a fim de preparar

os alunos para o debate pan-europeu **A tua Europa, a tua voz**, que se realizará em Bruxelas, de 17 a 19 de março de 2016. O CESE organiza este evento, pelo

sétimo ano consecutivo, para assegurar que os pontos de vista, as experiências e as ideias dos jovens são tidos em conta na elaboração das políticas da UE.

Durante as suas visitas às escolas, os membros trabalharam com os alunos e um professor para preparar o evento, que este ano será dedicado à **migração** na Europa. Apresentaram as atividades do CESE e o seu papel como porta-voz da sociedade civil na Europa, oferecendo-lhes orientações sobre o debate. Os alunos participantes de toda a Europa têm a tarefa de elaborar medidas concretas, a pôr em prática em escolas, clubes, etc., para promover a integração efetiva dos jovens migrantes nas sociedades europeias.

Foram selecionadas **33 escolas secundárias** de entre mais de 400 candidaturas provenientes dos 28 Estados-Membros da UE e, pela primeira vez, dos cinco países candidatos à adesão (Albânia, Turquia, Montenegro, Sérvia e antiga República Jugoslava da Macedónia).

Os alunos das escolas selecionadas poderão desde já entrar em contacto entre si através do **Facebook** ou do **Twitter**, para uma troca de ideias e informações. (dm)



Roman Haken, Ronny Lannoo e Ionuț Sibian, membros do CESE, durante as suas visitas a escolas na Bélgica (esquerda), na antiga República Jugoslava da Macedónia (canto superior direito) e na Albânia (canto inferior direito)



Iniciativa de Cidadania Europeia: maior impacto, regras mais simples

Audição pública do CESE sobre a revisão da ICE

Desde há muito que a União Europeia vem sendo criticada pelo seu défice democrático. Com a iniciativa de cidadania europeia (ICE), a UE tem por objetivo permitir aos cidadãos participarem ativamente no processo legislativo da UE.

Mais de 6 milhões de europeus já assinaram uma ICE. No entanto, de um total de 56 iniciativas, só 36 foram registadas pela Comissão, e apenas três delas conseguiram recolher o milhão de assinaturas necessário. Mesmo estas três iniciativas não tiveram qualquer impacto, dado que a Comissão Europeia não é obrigada a traduzir uma ICE em legislação europeia.

O CESE está atualmente a preparar um parecer sobre a iniciativa de cidadania europeia, com o objetivo de a tornar *mais fácil de utilizar, mais prática e mais eficaz*. Na audição sobre a iniciativa de cidadania europeia, realizada em Bruxelas em 23 de fevereiro, Antonio Longo, relator do parecer, defendeu um instrumento mais fácil de utilizar, que permita a participação de todos os europeus. «Numa altura em que as pessoas têm cada vez menos confiança na UE, a iniciativa de cidadania europeia tem de se tornar *o instrumento por excelência para dar realmente voz às pessoas*», salientou ele.

Entre as principais críticas à ICE contam-se:

- um prazo demasiado curto para obter todas as assinaturas necessárias;
- os elevados riscos que os organizadores têm de assumir em termos de responsabilidade: o facto de os promotores serem pessoalmente «responsáveis pelos danos que causarem na organização» da ICE tem um efeito dissuasor;
- a quantidade excessiva de informações necessárias para apoiar uma ICE;
- a ausência de um estatuto jurídico para os comités de cidadãos;
- a aplicação demasiado rígida dos critérios de elegibilidade das ICE; e
- os diferentes requisitos em matéria de dados nos diferentes Estados-Membros.

O CESE realizará o seu Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia de 2016 em Bruxelas, a 20 de abril (ver página Internet dedicada ao tema em <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.civil-society>). (sma)

Está a par das atividades do CESE?



Com nove reuniões plenárias por ano, já para não falar das audições, conferências, reuniões de diálogo com a sociedade civil, entre muitos outros eventos, a verdade é que há sempre algo a acontecer no Comité!

Esteja a par e – ainda mais importante – não perca os eventos e os debates que são relevantes para a sua área de interesse! Pode seguir-nos, quase em tempo real, através das nossas redes sociais. Consulte o nosso **mapa de redes sociais** para obter uma visão de conjunto e escolher as suas fontes de informação preferidas.

Desta forma, não só receberá em primeira mão informações atualizadas sobre os **pareceres** em curso e os debates do seu interesse, como ficará a saber quando poderá assistir às nossas transmissões em direto via Internet.

Deseja saber mais sobre os membros do CESE? Então siga-os também no Twitter: https://twitter.com/EU_EESC/lists/ourmembers/members

O nosso mapa de redes sociais pode ser consultado em: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.take-part-social-media> (sb)

«Como levar as partes interessadas a embarcar na realização da estratégia da UE para a aviação?»

Pelo Grupo dos Empregadores

A aviação europeia atravessa uma zona de turbulência. Assistimos a mudanças rápidas no mercado, à transformação dinâmica dos modelos empresariais e a uma mudança dinâmica na perceção do setor da aviação por parte dos clientes. Na ausência de uma abordagem global e consequente, a aviação europeia necessita desesperadamente de uma estratégia coerente.

Os representantes da sociedade civil estão a assumir um papel ativo no debate sobre o futuro da aviação europeia. Em setembro de 2015, o CESE adotou um parecer exploratório sobre a «Política de aviação integrada da UE» que contém um conjunto de propostas a incluir na estratégia para a aviação que a Comissão Europeia estava então a delinear. A sua «Estratégia da Aviação para a Europa» foi publicada em dezembro, pelo que o CESE está agora a elaborar um parecer sobre a matéria.

Nesse âmbito, realizar-se-á no CESE, no dia 21 de abril, uma audição pública sobre a estratégia da UE para a aviação. Constituirá uma oportunidade para uma vasta



Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores, e Violeta Bulc, comissária da UE responsável pelos Transportes, na audição pública anterior sobre a estratégia da UE para a aviação

gama de partes interessadas representantes das várias vertentes do setor da aviação partilhar pontos de vista sobre a proposta da Comissão, na presença da comissária europeia responsável pelos Transportes, Violeta Bulc. «Tal como sublinhado no parecer anterior do CESE, só ultrapassando os interesses particulares dos diferentes elementos da rede de valor da aviação europeia esta

poderá ser redinamizada e voltar a dar um contributo social e económico valioso para o desenvolvimento da UE. Convidamos todas as partes interessadas no setor da aviação a empenhar-se na aplicação de uma nova estratégia da UE para a aviação», afirmou Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores e relator do CESE sobre este tema. (lj)

«Da política agrícola à política alimentar»

Pelo Grupo dos Interesses Diversos



Group III – Various Interests' Group

Na quinta-feira, 21 de abril, o Grupo dos Interesses Diversos do CESE realizará uma reunião extraordinária no Conselho Económico e Social dos Países Baixos (Sociaal-Economische Raad – SER), em Haia. A conferência será dedicada ao tema «Da política agrícola à política alimentar – Rumo a uma produção e a um consumo saudáveis e sustentáveis».

O grupo pretende continuar a centrar-se na questão de uma **política alimentar sustentável** e encetar um diálogo com as instituições e partes interessadas da sociedade civil, com o objetivo de elaborar conclusões que serão transmitidas à Presidência do Conselho da União Europeia e às outras instituições da UE.

O título e o conteúdo do evento inspiram-se largamente no relatório do Conselho Científico para a Política Governamental dos Países Baixos, intitulado *Towards a Food Policy [Para uma política alimentar]* (<http://www.wrr.nl/en/publications/publication/article/naar-een-voedselbeleid/>), que foi apoiado e promovido pelo Ministério da Economia neerlandês, a nível nacional e europeu. Com

efeito, a Presidência do Conselho da UE realizará uma reunião informal dos Ministros da Agricultura, de 29 a 31 de maio de 2016, em parte com o objetivo de lançar os debates sobre a PAC após 2020, tendo já solicitado ao CESE que elaborasse um parecer exploratório sobre o tema «Sistemas alimentares mais sustentáveis», que deverá estar concluído antes da reunião de maio.

Estima-se que a conferência reunirá cerca de 100 participantes (membros do CESE,

organizações da sociedade civil local e representantes da comunicação social). Entre os oradores contam-se figuras nacionais e europeias de relevo nos domínios institucional, agrícola, de defesa dos consumidores e de proteção do ambiente, de investigação e empresarial. Para mais informações sobre o evento, consultar: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.group-3-events-and-activities> (cl)

«A liberdade de circulação e Schengen: Defesa dos direitos dos trabalhadores»

Pelo Grupo dos Trabalhadores

Em 1 de fevereiro de 2016, o Grupo dos Trabalhadores realizou uma reunião extraordinária, em Bruxelas, intitulada «A liberdade de circulação e Schengen: Defesa dos direitos dos trabalhadores». Gabriele Bischoff, presidente do Grupo dos Trabalhadores, deu início à reunião descrevendo os desafios que se avizinham, nomeadamente os ataques à negociação coletiva e à liberdade de circulação, as persistentes medidas de austeridade, a ameaça da Brexit, a incapacidade dos líderes da UE de dar resposta à crise dos refugiados, etc. A presidente advertiu que as propostas de David Cameron punham em risco os direitos dos trabalhadores e instou os sindicatos e a sociedade civil a agirem em conjunto para assegurar os direitos já consagrados, defender a liberdade de circulação num espaço Schengen sem fronteiras e reforçar a UEM.

O grupo debateu também outros desafios, nomeadamente o programa REFIT da Comissão. Denis Meynent, relator do parecer sobre o programa REFIT, explicou que os esforços de simplificação da legislação da UE não devem dar origem a desregulamentação potencialmente nociva para os trabalhadores.

Discutiram-se ainda os objetivos de desenvolvimento sustentável, incluídos na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Isabel Caño Aguilar, vice-presidente do ODS, salientou a necessidade de uma cooperação estreita entre a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e o Grupo dos Trabalhadores, a fim de garantir avanços relativamente às prioridades dos sindicatos neste contexto.

Outro debate incidiu sobre as prioridades comuns do Grupo dos Trabalhadores e do movimento sindical, tendo Luca Visentini, secretário-geral da CES, insistido que o espaço Schengen era a principal prioridade, visto que as suas realizações estavam atualmente em risco devido à crise dos refugiados e às negociações com o Reino Unido. Outra prioridade, na sua opinião, é a luta contra o desmantelamento dos direitos sociais e contra as tentativas de destruição do modelo social europeu realizadas no contexto das negociações sobre a Brexit. Sublinhou igualmente que os movimentos de trabalhadores devem agir para impedir qualquer tentativa de abolir direitos já estabelecidos, como o direito à greve, que é atualmente alvo de ataque em vários países. (mg)



Gabriele Bischoff, presidente do Grupo dos Trabalhadores, e Luca Visentini, secretário-geral da CES

BREVEMENTE NO CESE

Audição pública sobre a dimensão externa da política energética da UE – 30 de março

Em 30 de março, a Secção de Relações Externas (REX) do CESE realiza uma audição pública sobre a dimensão externa da política energética da UE no CESE (edifício Jacques Delors), em Bruxelas.

Peritos e representantes da sociedade civil e das instituições da UE debaterão temas fundamentais relacionados com a política energética da UE, incluindo a diversificação das fontes de energia e a concretização do mercado único da energia.

A audição pública está a ser organizada no quadro dos trabalhos preparatórios para o parecer do CESE sobre a matéria, solicitado pela Presidência neerlandesa do Conselho (janeiro-junho de 2016). Há que rever o parecer anterior do CESE sobre este tema (janeiro de 2009), a fim de ter em conta a evolução geopolítica dos últimos sete anos (incluindo a Primavera Árabe, o aumento das tensões com a Rússia em torno da Parceria Oriental, as crises no Médio Oriente e a flutuação dos preços do petróleo) e outros fatores económicos e técnicos (preços do petróleo, novos terminais de GNL e o debate sobre a fraturação hidráulica). (mm)

Impacto da União Europeia da Energia na sociedade civil da Bulgária

Em 22 de março, o CESE realiza uma audição pública em Sófia, em conjunto com o Conselho Económico e Social da República da Bulgária. Altos representantes das principais instituições da UE, governos e entidades reguladoras nacionais, organizações da sociedade civil e peritos discutirão o caso específico da Bulgária, de que forma o setor da energia do país pode ser afetado pela União da Energia e como pode beneficiar do programa político.

A União da Energia foi identificada como uma das principais prioridades da atual Comissão Europeia. Este ambicioso programa político tem por objetivo criar um sistema energético europeu que proporcione energia segura, sustentável, competitiva e a preços comportáveis para os cidadãos da Europa. A União da Energia foi lançada em fevereiro de 2015 e já deu origem a várias iniciativas políticas, esperando-se que o ritmo de execução ainda venha a aumentar nos próximos anos. Tendo em conta a dimensão dos desafios com que se defrontam os responsáveis políticos no setor da energia, desde a descarbonização da economia à redução da dependência relativamente às importações, e os objetivos de grande alcance do programa da União da Energia, o CESE considera importante promover um diálogo aberto sobre o tema entre governos, instituições da UE, cidadãos e sociedade civil organizada. (sg)

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Editor:

Alun Jones (editor-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Caroline Alibert Deprez (cad)
Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Leszek Jarosz (lj)
Margarita Gavanias (mg)
Milen Minchev (mm)
Pavlos Avramopoulos (pa)
Siana Glouharova (sg)
Silvia M. Aumair (sma)
Sophie Birmann (sb)

Coordenação:

Agata Berdys (ab)

Data do fecho desta edição: 1 de março de 2016

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors,
Rue Belliard, 99,
B-1040 Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546.94.76
Fax: +32 2 546.97.64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio *Web* do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no *Jornal Oficial da União Europeia* e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em abril de 2016.

Março de 2016 / 3



Serviço das Publicações